



Massa Crítica

Festa da democracia na Grécia! A luta continua!

Por **Marcos Arruda**, socioeconomista e educador do PACS, Rede Jubileu Sul, Instituto Transnacional (Amsterdã)

Foto:divulgação

61,3% de votos NÃO, eis o resultado do referendo grego. Vitória da democracia direta, vitória do povo contra a tirania dos credores externos e das classes ricas da Grécia.

É preciso lembrar. Em 1953, a Grécia assinou o acordo que reduzia em 50% a dívida alemã do pós-Guerra e permitia à Alemanha pagar anualmente até 3% do valor das suas exportações! Hoje, a mesma Alemanha quer 'arrancar os olhos' do povo grego, com uma demanda de pagamento imediato de dívidas impagáveis, algumas delas ilegais, conforme descobriu a comissão de auditoria da dívida pública grega.

Todo o problema tem girado em torno dos prazos. Mas o problema real é bem mais grave. Trata-se de uma dívida que está marcada por fatos e suspeitas de ilegalidade e aberrante comportamento, tanto dos governos anteriores, que sobreendividaram o país, como também dos credores inescrupulosos, interessados em ganhar imediatamente por meios espúrios e mesmo criminosos contra a economia do Nação e dos contribuintes.

Eis os principais itens da proposta de ajuste do Eurogrupo ao governo grego, rejeitada nas ruas neste domingo, 5 de julho de 2015:

- **Taxa de valor agregado (TVA):** criar um novo sistema com três taxas para aumentar o PIB em 1% (às custas de quem?), a saber:

1. taxa aumentada em 23% sobre a maior parte dos bens (isto sufocaria o povo grego e o turismo, a principal fonte de renda em divisas do país);
2. taxa aumentada em 13% para alimentos básicos, energia elétrica, hotéis e água;



Grécia assina acordo em 1953 para perdoar a metade da dívida da Alemanha

3. taxa aumentada em 6% para medicamentos, teatro;

- **Fim das isenções e eliminação dos descontos da TVA para as ilhas gregas;**

- **Criação de fortes de incentivos para a jubilação**

(aposentadoria) antecipada;

- **Aumentar a idade de jubilação para 67 anos até 2022;**

- **Fim do "EKAS solidário"** - ajuda a mais de 200 mil pensionistas mais pobres. Previa ainda o corte imediato do EKAS para os recipientes de maior renda e o cancelamento do EKAS até 2020;

- **Aumento das contribuições do plano de saúde de 4 para 6%.**

Os gregos chamam este pacote de uma violência contra o povo grego e contra o turismo, sua principal fonte de renda em divisas. O pacote não é de 'bailout' (resgate para fora da crise) mas sim de 'bailin' (afundamento ainda maior na crise). O que os banqueiros querem é receber do governo grego já, a qualquer custo, o pagamento dos juros de uma dívida moral e contabilmente duvidosa. A maior parte do dinheiro aprovado pela Troika para manter o governo grego em dia com o pagamento dos juros não entra no país - serve apenas para aumentar sempre mais, e tornar sempre mais impagável, a dívida pública do país.

Isto é reconhecido pelo próprio FMI. E o primeiro-ministro Tsipras vai usar este fato como um dos argumentos para negociar soberanamente novos termos para o pagamento da dívida pública.

Ninguém fala na auditoria dessa dívida que o governo de Syriza está realizando, e que está bem avaliada em artigo recente pela coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lucia Fattorelli [1].

Em relatório preliminar ao governo grego de junho de 2015, a *Comissão da Verdade Sobre a Dívida Pública da Grécia* aponta que a dívida contraída com a Troika nos últimos anos tem forte probabilidade de ser ilegítima, ilegal e odiosa. A Comissão mostrou que os credores e os negociadores dos pacotes de resgate desde 2010 já sabiam antecipadamente que a dívida pública grega era impagável. Em vez de agirem de acordo com este fato, escamotearam a verdade, mostrando ao público uma falsa situação e formando um conluio criminoso com o governo grego, a fim de beneficiar os credores privados. Finalmente, a Comissão explica que o uso dos recursos para o resgate foi ditado pelos credores, e apenas 10% dos valores dos pacotes de 2010 e 2012 foi destinado a gastos correntes do governo grego. O resto foi engolido pelos encargos da dívida, aumentando-a desmesuradamente.

O estrondoso NÃO do povo grego no domingo (05/07/2015) representa uma recusa a se submeter à ditadura da Troika. Os próximos dias serão importantes, pois o governo Tsipras, fortalecido pelo resultado do referendo, voltará à mesa de negociações com os credores, que têm agido em função dos seus interesses imediatos, desprezando a voz do povo grego.



Foto:divulgação

Esta postura é vesga, pois vai contra seus próprios interesses de médio prazo. Seria mais inteligente da parte deles ajudar a Grécia a criar as condições econômicas de continuar pagando.

O estrondoso não do povo grego no domingo representa uma recusa a se submeter à ditadura da Troika

Mas eles sabem que esta dívida é impagável. E seu grande temor é que o exemplo da Grécia se reflita em posturas soberanas de outros credores do Mediterrânea, como a Espanha e Portugal. Na verdade, até um estado associado dos EUA, como é Porto Rico, hoje afogado pela dívida pública impagável, pode se beneficiar da postura soberana adotada pela Grécia.

A crise torna evidente um dos aspectos mais negativos do processo de criação do euro, que foi a eliminação das moedas nacionais. Como a moeda é um fator de soberania na gestão do seu próprio caminho de desenvolvimento, os países da zona do euro passaram a depender de uma autoridade monetária supranacional - o Banco Central Europeu, que é dominado pelos maiores e mais ricos países da União Europeia, Alemanha e França.

A crise torna evidente um dos aspectos mais negativos do processo de criação do euro, que foi a eliminação das moedas nacionais. Como a moeda é um fator de soberania na gestão do seu próprio caminho de desenvolvimento, os países da zona do euro passaram a depender de uma autoridade monetária supranacional - o Banco Central Europeu, que é dominado pelos maiores e mais ricos países da União Europeia, Alemanha e França.



Foto:divulgação

Caso os credores não flexibilizem os termos do acordo com o governo grego, revelando assim uma postura antidemocrática e arrogante, o governo da Grécia tem a opção de consultar novamente a população sobre a ideia de ressuscitar a moeda nacional grega - o dracma. Este seria um meio de aprofundar a soberania da nação sobre sua economia e viabilizar a gestão doméstica dessa economia, em detrimento do atual domínio monetário, financeiro e político-econômico pelas potências do euro.

Mais importante seria uma decisão do governo grego de apoiar e estimular a população a organizar-se para a realização

de uma pesquisa sobre as necessidades e os recursos disponíveis a nível das comunidades que compõem o país. Poderiam ser adotados para isto novos indicadores de desenvolvimento socioeconômico, político, cultural, tecnológico e humano, contemplando também a sustentabilidade ecológica. Eles forneceriam uma abordagem holística do desenvolvimento da Grécia. Os resultados da pesquisa, ancorada nesses indicadores, serviriam para o planejamento participativo do desenvolvimento socioeconômico e humano da Grécia e a redefinição da estrutura e das prioridades do orçamento público.

Todo apoio ao povo grego e ao seu direito de definir um caminho próprio de desenvolvimento!



Foto:divulgação

NOTAS

[1] <http://www.auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2015/06/Trag%C3%A9dia-Grega-esconde-segredo-de-banco-privados.pdf>

>> O Pacs entende que debater ideias e pensamento crítico sobre a realidade é um dos momentos envolvidos na atividade de transformar o mundo em que a gente vive. Por isso, acha importante compartilhar reflexões, análises e conteúdos dos temas que pautam nossa atuação com parceiros/ as de caminhada. O Massa Crítica é o espaço onde a nossa equipe expõe, problematiza e reflete sobre a conjuntura local, nacional e internacional. Em 2015, passamos a publicar edições mensais! Acompanhe!

Assine: pacsinstituto@gmail.com

Acesse edições anteriores:

<http://www.pacs.org.br/2013/04/25/serie-massa-critica/>



[facebook.com/PACSIstituto](https://www.facebook.com/PACSIstituto)



twitter.com/InstitutoPACS